

Joaquim Paço d'Arcos lembrado...



Com inteira justiça, Óscar Lopes considerou que se se quiser ver a nossa época num cosmorama literário será preciso recorrer a Joaquim Paço d'Arcos.

De facto, o romancista, que não pode ser catalogado num segundo plano, pois se hoje for relido dá-nos pistas muito relevantes para a compreensão da sociedade portuguesa de meados do século XX. Jorge de Sena disse-o, aliás, em 1957, ao apontar certamente para o facto de o escritor ter plena consciência de uma “humanidade dolorosamente fruste”, que “plenamente se não realiza, e está presa entre a frivolidade (...) e a superior seriedade moral e intelectual” de que as personagens, sobretudo femininas, são excluídas — Ana Paula, Eugénia Maria, Leonor Malafaya... E nessa medida a obra revela o “que falta a todo um sector da vida portuguesa”, o que constitui “uma das maiores qualidades do Paço d'Arcos romancista — e paradoxalmente tem sido notado como uma das suas lacunas” (p. 106). O livro agora dado à estampa, no ano do centenário de Joaquim Paço d'Arcos (1908-1979) reveste-se de indiscutível interesse, pois retrata uma época longa da sociedade portuguesa, que vai desde o auge da Segunda Grande Guerra Mundial até cinco anos depois de 25 de Abril de 1974, momento do falecimento do escritor. E se se usa como primeira baliza o ano de 1942 é porque esse é o ponto em que o escritor suspendeu a escrita das suas Memórias (“Memórias da Minha Vida e do Meu Tempo”, 3 volumes, 1973, 1976, 1979). O grande mérito deste livro tem, pois, a ver exactamente com a tentativa de nos fornecer elementos sobre essas recordações que não puderam infelizmente ser relatadas na primeira pessoa. Como nos explicam os organizadores, a verdade é que muitos elementos, designadamente correspondência de intelectuais e outras personalidades marcantes, tiveram de ficar de fora, o que nos deixa muito curiosos sobre o que ficou ainda inédito, no entanto todo o manancial agora revelado é, já de si, muito significativo e absolutamente motivador de interesse e curiosidade.

Joaquim Paço d'Arcos é uma das referências importantes do romance português do século XX, com obras publicadas com grande sucesso editorial. Eduardo Lourenço, ao apreciar a conferência do escritor, proferida no Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro, em 5 de Outubro de 1976, intitulada “História e Sentido

da Crónica da Vida Lisboa”, salienta, aliás, expressamente o seguinte: “A sua perspectiva constitui pela continuidade da visão, o ângulo específico que lhe é próprio, um dos fios dessa trama global (o viver português dos últimos 40 anos) e acaso a imagem mais fiel — em certo sentido — da antiga (?) sociedade portuguesa, supostamente desaparecida em 74. Mesmo que fosse o caso — que não é, pois as rupturas espectaculares são de superfície — dessa sociedade guarda a sua obra uma imagem que não sendo a única existe e se sobrevive a si mesma enquanto realidade literária, merecendo uma re-visitação iluminante menos confinada do que aquela que até hoje chegou consagrada” (22.3.78). E a verdade é que Paço d'Arcos revela-se ao longo dos documentos agora dados à estampa, um conservador aberto, sobretudo no auge da sua criação, com talento literário bem evidente em obras importantes como “Ana Paula”, “O Caminho da Culpa”, e “A Corça Prisioneira”. E isto bem se nota se seguirmos atentamente o percurso que o livro acompanha. E se é certo que o autor é “apanhado” na questão muito difícil do fecho da Sociedade Portuguesa de Escritores e não esconde a sua atitude severa perante a democracia instituída em 1974, não deixa de exprimir opinião crítica relativamente à inércia de Salazar e à indecisão de Marcello Caetano. Quanto a este note-se que as penúltimas cartas entre ambos, quando Marcello está no poder, são bastante ríspidas, merecendo leitura atenta, uma vez que reveladoras do sentido crítico de Paço d'Arcos, que se assume como *vox populi*, e da incompreensão (quase inesperada) de Marcello que chega a acusar o seu amigo Joaquim de não ter posto a sua pena e o seu empenhamento pessoal ao serviço da sua causa...

Em 1978, JPA escreve a Luís Forjaz Trigueiros: “O que teria havido a fazer no caminho da aproximação tricontinental Portugal — Brasil — África não se fez no tempo de Salazar e do Marcello, por absurda e invencível desconfiança do primeiro e por falta total de imaginação e de decisão do segundo, quando era a altura para o fazer” (28.5.1978). A “absurda e invencível desconfiança” de Salazar e a “falta total de imaginação e de decisão” de Marcello são notas significativas feitas por quem cultivou, à sua maneira, um espírito crítico, que lhe permitiu retratar a sociedade em que se inseria, para além da superficialidade e do puro formalismo. E o mais duradouro da sua obra é, segundo Eduardo Lourenço, “o retrato por dentro (e nele o do próprio autor) de uma sociedade provincialmente snobe e feroz sob a sua aparência seráfica, bem educadinha, medíocre de fazer medo. Paço d'Arcos teve o talento de a ver de fora e de dentro, com essa espécie de olhar ‘neutro’ herdado do naturalismo, o que em literatura é uma virtude” (28.6.1979).

Os documentos que constituem a obra que recenseamos, realizada com muito escrúpulo e rigor, são diversos, mas cons-

Cultivou, à sua maneira, um espírito crítico, que lhe permitiu retratar a sociedade em que se inseria, para além da superficialidade e do puro formalismo.



tituem uma leitura apaixonante, uma vez que se sente a vida do autor e se toma contacto com as suas qualidades criadoras: “vivo totalmente com as minhas personagens. Sofro com elas – mas tenho, afinal, um prazer muito grande no trabalho de criação artística (p. 116). Sobre a língua, diz-nos: “Escrevo um português claro a que procuro imprimir sem preocupação excessiva, a musicalidade e a beleza que me é possível dar-lhe” (p. 117). Sobre a autonomia da arte: “A intenção doutrinária é um desvio da Arte que irremediavelmente a compromete”. E, citando Kierkegaard e Camus, diz: “Kierkegaard estabeleceu três fases de elevação progressiva do espírito: a da moral estética, da moral ética e a da moral religiosa. Como Camus, eu atingi a segunda. Disse ele: ‘Falta-me imaginação para a terceira’. Olhando para dentro de mim, não suponho que seja por falta de imaginação que não atingi, no percurso ascensional do espírito, a fase da moral religiosa. Pelo contrário, muitos que a atingiram são desprovidos de imaginação” (p. 125).

Ao longo do livro deparamo-nos, assim, com a matéria-prima das memórias que não chegaram a publicar-se. Sobre “O Caminho da Culpa”, por exemplo, assistimos às críticas severas dos meios conservadores ao tema (angústia e suicídio) e ao seu tratamento. O próprio Marcello Caetano não deixa por mãos alheias uma crítica muito severa e rígida ao tema, ao desenho das personagens e ao desenvolvimento do novo romance. Diz Marcello: «É quando Você proclama a sua independência moral política, religiosa -, fá-lo em relação a uma certa política, a uma certa religião, porque é visível no livro a preocupação de agradar à massa que compra, e de seguir o rumo dos ventos dominantes, de modo a merecer os louvores da crítica da ‘Seara Nova’» (9.9.1944). As críticas conservadoras (e fanáticas) não se fazem esperar, difíceis e insanáveis. Mas a verdade é, felizmente, que há quem entenda, com in-

teligência, o que está em causa, como acontece com o padre jesuíta António Magalhães (3.2.1946) e o Cardeal D. José da Costa Nunes («Devo dizer que considero “O Caminho da Culpa” sob o ponto de vista literário e psicológico um dos seus melhores romances, senão o melhor», 29.6.1946).

Depois, encontramos o doloroso episódio do encerramento da Sociedade Portuguesa de Escritores, que atinge profundamente JPA, presidente da Assembleia Geral da sociedade. Lêem-se as justificações do próprio, as críticas e as manifestações pessoais de solidariedade, mas o escritor sente-se perplexo com o que se passa.

O livro revela-se atraente por várias razões: pela ilustração da vida tal como foi, pela sucessão de acontecimentos muitas vezes dramáticos (morte dos irmãos com tuberculose, doença e falecimento do pai, morte da primeira mulher de JPA, na sequência de um erro cirúrgico), pelo desenho, em fundo, da sociedade política portuguesa (Salazar, evolução da vida no Ministério dos Negócios Estrangeiros, incompreensões, Marcello Caetano, cuja amizade evoluirá numa sucessão de altos e baixos), pela análise da produção literária na fase madura da produção romanesca, pela compreensão e incompreensão dos movimentos e reacções dos meios intelectuais e literários (desde a recusa do Prémio da Academia das Ciências, pelas reservas colocadas) ... Tudo isso se sente, a propósito da vida de Joaquim Paço d'Arcos, que, no essencial, revela sentido crítico e capacidade criadora e que, por isso, se sente tantas vezes perdido entre a esquerda e a direita, sendo muitas vezes apanhado, quase por ingenuidade política, entre dois fogos nas trincheiras. O livro lê-se muito bem, até porque não há a tentação de adocicar ou de corrigir a História e Joaquim Paço d'Arcos aparece como autor de uma obra relevante, que os melhores críticos, como Óscar Lopes, Jorge de Sena e Eduardo Lourenço, enalteceram... ●